



DECLARAÇÃO DO ENCONTRO DO FÓRUM NORDESTE DE REFORMA URBANA E DOS COMITÊS POPULARES DA COPA NA REGIÃO NORDESTE.

As organizações e movimentos sociais do FÓRUM NORDESTE DE REFORMA URBANA e dos COMITÊS POPULARES DA COPA DE PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE e CEARÁ, reunidas no intuito de discutir os impactos dos grandes investimentos públicos e privados e das grandes infraestruturas sobre a economia, sobre o meio ambiente e sobre as populações urbanas das principais cidades do Nordeste, vem a público declarar:

Que estão observando a ocorrência de sinais de retomada da economia da Região Nordeste, mas que se encontram especialmente vigilantes quanto à sua real capacidade de reverter os benefícios do crescimento recente para as populações mais pobres, grupos e segmentos sociais menos assistidos ao longo de muitas décadas pelas políticas públicas, de modo que encorajam para que diminuam as muitas e atuais formas de desigualdades sociais, ambientais, culturais, econômicas a que ainda estão submetidas milhares e milhares de pessoas da região;

Que estão desempenhando com todas suas capacidades institucionais cotidianas o papel social e público de opinar, discordar e colaborar, quando necessário, nos temas de interesse público da região, a exemplo das obras e dos investimentos da Copa de 2014, em torno das quais exigem transparência e acesso urgente às informações, para que se tornem de fato de domínio público, inclusive e principalmente pelas comunidades diretamente afetadas que pouco ou quase nada conhecem dos planos, projetos, cronogramas, convênios e ações promovidas para tal finalidade;

Que, por princípio e em respeito às leis existentes, não devem ocorrer remoções e despejos visando a realização dos megaeventos no Nordeste e que, em seu contrário, as ações urbanísticas e ambientais relacionadas à Copa devem proporcionar melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioambiental, garantindo-se a elas o direito à moradia e o direito à cidade com as obras, nos termos do que determinam a legislação nacional e as recomendações e tratados internacionais;

Que, desde já, o saldo dos investimentos públicos e as políticas de incentivos à economia da Região Nordeste – voltados ou não para viabilizar as ações da COPA - devem se conduzir em oportunidades para se praticar justiça ambiental para as áreas e populações mais vulneráveis; em oportunidades para ampliar o acesso a direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais pela sociedade local, em oportunidades para fortalecer redes e políticas públicas voltadas para economia solidária, para a proteção e promoção da igualdade, assim como para inclusão e equidade socioespacial no interior da própria região,



fortalecendo a cultura local, os modos próprios de sobrevivência de longas datas de suas populações, dentre outros;

As organizações e movimentos sociais aqui assinados reivindicam que os sistemas de mobilidade urbana previstos para as capitais do Nordeste sejam democraticamente debatidos com sua população para que, de fato, venham a operar em proveito das classes trabalhadoras ao direito à cidade e, acima de tudo, favorecendo a que a mobilidade fundamental a ser viabilizada seja a mobilidade humana;

Que por isso estão a exigir dos governos estaduais e municipais da Região, além do próprio governo federal que ampliem os níveis de transparência quanto ao Orçamento Público efetivamente disponível nas grandes obras e outros grandes investimentos praticados no Nordeste, divulgando-o em detalhe junto a opinião pública e em diálogo com os espaços institucionais participativos e de controle social, a exemplo dos conselhos, audiências públicas, dentre outros;

Que por isso estão a exigir que sejam ampliados para as populações afetadas pelas obras da Copa 2014 os meios e o nível de controle popular das informações acerca dos projetos, a fim de se evitar que sejam legitimadas as situações de violações de direitos humanos conforme estão registrados e relatados pela imprensa e nos meios populares de comunicação nos estados do Ceará, de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia;

Essas organizações e movimentos sociais da Região são conhecidos pela qualidade metodológica como atuam nos territórios e junto a populações e grupos em situação de vulnerabilidade social, sendo por isso mesmo colocam à serviço da sociedade brasileira suas capacidades de buscar meio de proteção, inovação e resistência política cidadãos junto e para esses setores e segmentos sociais historicamente postos a margem da economia e da política no Nordeste;

Portanto, essas organizações e movimentos sociais do FÓRUM NORDESTE DE REFORMA URBANA e dos COMITÊS POPULARES DA COPA DE PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE e CEARÁ pretendem ser partes fundamentais dos processos de tomada de decisão acerca de qualquer circunstância técnica, ambiental e ou social relacionada aos grandes investimentos públicos e grandes obras que atualmente redefinem o lugar da região no desenvolvimento global do país.

OLINDA, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2011

ASSINAM: